

MAPEANDO A PRODUÇÃO BRASILEIRA SOBRE LESBOFOBIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Taise Fernanda Feiten

Pós-Graduanda do Programa de Mestrado em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, taisefernandafeiten@live.com;

Bruna Andrade Irineu

Orientadora: Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Atualmente Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social – UFMT, brunairineu@gmail.com.

Resumo

Falar sobre gênero e sexualidade ainda é um desafio no Brasil. São temas que se desdobram em diversos posicionamentos e debates. Existir para além da heterossexualidade compulsória é assumir aquilo que não se espera de uma construção binária do que é ser homem ou ser mulher. As lésbicas são atravessadas por violências referentes ao gênero e a sexualidade, uma vez em que rompem com a expectativa de um determinismo biológico que atribuem às mulheres papéis sociais dentro de uma lógica heteronormativa, sendo necessário um olhar que dê conta dessas especificidades. Neste sentido, a pesquisa objetiva, através de uma revisão integrativa, analisar como a literatura brasileira vem discutindo sobre a lesbofobia, ou seja, violências sofridas por lésbicas por serem lésbicas. Conceitos propostos por Butler (2003), Rich (2010), Swain (2009), juntamente com os dados coletados, apontam para propostas de mais estudos relacionados à este tema.

Palavras-chave: Lésbicas, Lesbianidades, Lesbofobias.

Introdução

Cotidianamente, as pessoas são atravessadas por certezas em relação as suas identidades. Diferente de uma identidade construída através de afetos, desejos, erotismos, de relação com o outro e consigo mesmo, o que se apresenta é um modelo reducionista que divide a sociedade entre homens e mulheres heterossexuais.

O mesmo modelo define papéis sociais que cada qual deve desenvolver, como devem se relacionar, se comportar e em quais espaços podem circular. Percebe-se que essa divisão tenta se manter através de discursos sobre natureza humana. Ou seja, que homens e mulheres se comportam de determinadas maneiras por existir uma essência masculina e uma essência feminina, mas é necessário ressaltar que “a posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível” (SCOTT, 1995. p. 87).

Este pensamento, como aponta Scott (1995), deve ser questionado, pois trata-se de uma construção histórica e social para legitimar as desigualdades de gênero, uma vez em que se espera da mulher aspectos que dificultam seu acesso aos espaços públicos e impõem relações heterossexuais, cuidados domésticos, o matrimônio e a maternidade como destino. “O uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 76).

No entanto, embora algumas estudiosas e alguns estudiosos tenham contribuído para os estudos sobre as desigualdades de gênero, continuaram debruçando sobre uma sociedade marcada pela heterossexualidade. Swain (2009) diz que não é suficiente analisar gênero dentro dessa construção binária, pois desta forma, as reproduções do masculino e feminino continuará a se desenvolver e o masculino estará ocupando lugar de dominação.

É preciso incluir nas discussões os impactos da heteronormatividade. Visto que, não basta que a pessoa responda em uma representatividade de gênero imposta e associada ao sexo biológico, é cobrado também que se interesse e tenha relacionamentos amorosos e eróticos heterossexuais.

Butler (2003), destaca que os corpos estão submetidos a toda uma estrutura discursiva, cultural, dentro de relações sociais e de

poder. Sendo assim, podem abrigar representações múltiplas, independentemente do sexo biológico. É insustentável pensar que o sexo define o gênero ou o gênero define o sexo.

Por conseqüência, qualquer expressão que fuja desta heteronormatividade é estigmatizada e está exposta à violações de direitos. Conforme Goffman (1988), uma pessoa estigmatizada não é considerada humana. Não considerar pessoas como humanas abrem espaços para os mais diversos tipos de violências, muitas delas cometidas com naturalidade entre as pessoas como forma de ofendê-las. É o que percebemos rotineiramente em relação à homossexualidade.

[...] bastaria prestar atenção à profusão e tranqüilidade com que expressões de humilhação, ofensa e xingamento referidas as supostas transgressões da heterossexualidade são ditas em qualquer situação social, nos estádios de futebol, na sala de aula, nos programas humorísticos de televisão, nas reuniões de trabalho ou no botequim (SIMÕES; FACCHINI, 2009. p. 25).

Considerando que a identidade, conforme Ciampa (2006), é uma construção a partir do olhar da sociedade, quando uma pessoa entra em contato com uma orientação sexual ou identidade de gênero que se difere da heteronormatividade, é comum que tenha medo e dificuldades de se autodeclarar não heterossexual, já que isso a empurra para um espaço de preconceitos.

Porém, se autodeclarar com uma identidade de gênero ou sexual que não seja dentro da binaridade imposta pela heterossexualidade, é uma forma de enfrentar as intolerâncias cotidianas, como meio de dar visibilidade as diferenças que não cabem e não podem ser justificadas através de discursos essencialistas.

Dizer 'eu sou gay', ou 'eu sou lésbica', ou 'eu sou bissexual' pode significar uma afirmação de pertencimento e uma tomada de posição diante das normas sociais que condenam, hostilizam ou reprimem a expressão da diversidade de orientação sexual (SIMÕES; FACCHINI, 2009. p. 33).

Britzman (1996), diz que outro fator que sustenta a heteronormatividade é colocar a sexualidade como algo privado, ou seja, como se esta não tivesse nenhuma ligação com as relações sociais. Essa idéia reforça o discurso de que os afetos, desejos, erotismo homossexuais

não podem ser expressados nos espaços públicos, com a justificativa de que se trata de coisas privadas, no entanto, as expressões de afeto, desejo, erotismo heterossexuais são aceitáveis com naturalidade.

Frente ao exposto, compreendemos que as intolerâncias em relação às pessoas homossexuais são caracterizadas como homofobia. Segundo Borrillo (2010), dentro dessa concepção de homofobia, é preciso destacar que as lésbicas sofrem de um tipo de homofobia específica, que além de sofrer as violências contra o gênero, também sofrem as conseqüências das discriminações contra a sexualidade, o que vamos chamar de lesbofobia.

Assumir-se lésbica é também assumir um campo de rechaço. Adrienne Rich (2010) discute sobre como a heterossexualidade compulsória atribui aos homens poderes sob as mulheres. A lésbica passa a ser considerada a mulher amargurada, incapaz de ser amada por um homem ao tempo em que é uma ameaça a heterossexualidade compulsória, já que rompe com os papéis sociais esperados das mulheres.

Há toda uma manutenção que se apresenta em diversas tipologias de violências sofridas de forma direta ou indireta por lésbicas, que, conforme a noção de identidade social pensada por Heilbon (1996), um conjunto de atributos que classificam o sujeito dentro de um campo de significações sociais com valores determinados, modelando a existência de uma pessoa ou grupo na sociedade, criou-se sob as lesbianidades, invisibilidades de suas existências.

Deixar as lesbianidades em um campo de invisibilidade é como uma proteção a heteronormatividade que tem como manutenção isolar grupos que não correspondem a heterossexualidade cisgênera para que as pessoas continuem acreditando que a heterossexualidade é o único caminho e o correto.

Conforme o Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017, em 2017 o número de mortes de lésbicas no Brasil cresceu 237% comparado ao ano de 2014, registrando 54 casos de lesbocídios no país. No entanto, esses dados não são apresentados e nem discutidos, criando uma idéia de que não há violências em relação à essa população.

O dossiê ainda destaca que em 2017, 17 lésbicas cometeram suicídio, “representando 32% dos suicídios de toda a comunidade LGBTQ+ no Brasil, no ano (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 62)”.

Considerando a invisibilidade que cerca as lesbianidades faz parte de uma manutenção da heteronormatividade e contribui para a

reprodução de lesbofobias, o que se tem discutido sobre lesbofobias e lesbocídios nas produções acadêmicas brasileiras?

O mapeamento de produções brasileiras referentes à este tema possibilita identificar possíveis lacunas a fim de apontar para propostas de mais estudos aprofundados sobre o tema.

Para tanto, foi utilizado como metodologia uma revisão integrativa, com a busca no Portal de Periódicos da CAPES, no mês de março de 2021. Após fazer o levantamento da arte, realizará uma amostra de como as lesbofobias e lesbocídios estão sendo discutidos nesses estudos.

Método

Para responder essa problemática, usou-se seis passos do método de revisão integrativa propostos pelos autores Botelho; Cunha e Macedo (2011). Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; Definição dos critérios de inclusão e exclusão; Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; Categorização dos estudos selecionados; Análise e interpretação dos resultados; Apresentação da revisão/ síntese do conhecimento.

A busca foi realizada utilizando como descritores as palavras “lesbianidade and lesbofobia”, “lesbianidades and lesbofobia”, “lésbicas and lesbofobia”, “sapatão and lesbofobia”, “lesbofobia” e “lesbocídio” no Portal de Periódicos da CAPES. A coleta de dados ocorreu durante o mês de março de 2021.

Nos resultados aplicou-se como critério de exclusão os trabalhos que não estavam no idioma português, não completos, repetidos e que não tratavam dos assuntos aqui pesquisados.

Resultados

Com a combinação de descritores “lesbianidade and lesbofobia”, foram encontrados 4 resultados. Aplicando o critério de idioma, excluiu-se 1 artigo. Critério de repetição: não excluiu. Critério de não disponível: não excluiu. Não discutia sobre o assunto proposto: 1 artigo excluído. 2 trabalhos foram selecionados.

Com a combinação de descritores “lésbica and lesbofobia”, foram encontrados 21 resultados. Aplicando o critério de idioma, excluiu-se 13 artigos. Critério de repetição: 2 artigos excluídos. Critério de não

disponível: 2 artigos excluídos. Não discutia sobre o assunto proposto: 3 excluídos. 1 trabalho foi selecionado.

Com a combinação de descritores “sapatão and lesbofobia”, foram encontrados 9 resultados. Aplicando o critério de idioma, excluiu-se 0 artigos. Critério de repetição: 7 artigos excluídos. Critério de não disponível: 0 artigos excluídos. Não discutia sobre o assunto proposto: 2 excluídos. 1 trabalho foi selecionado.

Utilizando como descritor a palavra “lesbofobia”, foram encontrados 93 resultados. Aplicando o critério de idioma, excluiu-se 51 artigos. Critério de repetição: 11 artigos excluídos. Critério de não disponível: 0 artigos excluídos. Não discutia sobre o assunto proposto: 29 excluídos. 2 trabalhos foram selecionados.

Utilizando como descritor a palavra “lesbocídio”, foram encontrados 6 resultados. Aplicando o critério de idioma, excluiu-se 0 artigos. Critério de repetição: 1 artigo excluído. Critério de não disponível: 1 artigo excluído. Não discutia sobre o assunto proposto: 2 excluídos. 3 trabalhos foram selecionados.

Segue abaixo o quadro 1 com os resultados da pesquisa.

QUADRO 1. Código, autoras e autores, título e ano de publicação dos trabalhos selecionados, 2021.

Código	Autoras e autores	Título	Ano
A1	Jéssyka K. A. Ribeiro Jussara C. Costa Idalina M. F. L. Santiago	UM JEITO DIFERENTE E “NOVO” DE SER FEMINISTA: EM CENA, O RIOT GRRRL	2012
A2	Henrique Luiz Caproni Neto Renata Bicalho	VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, LESBOFOBIA E TRABALHO: UM ESTUDO EM JUIZ DE FORA	2017
A3	Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth Pamela Canciani	ENTRE IDENTIDADES E MICRORRESISTÊNCIAS: ONDE ESTÃO AS LÉSBICAS?	2018
A4	Dalvan Antonio de Campos Rodrigo Otávio Moretti-Pires	Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016	2016
A5	Silvia Aguião	Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo	2018
A6	Luciana Fogaça Monteiro Paula Sandrine Machado Henrique Caetano Nardi	Do armário à armadura: estratégias de mulheres no enfrentamento da homofobia e do heterossexismo.	2011

Código	Autoras e autores	Título	Ano
A7	Daiani C. S. R. Brum	A atuação de mulheres como palhaças: resistência e subversão	2018
A8	Hugo Oliveira Lorena de Oliveira Eliane Gonçalves	AS MULHERES JOVENS NA LUTA PELA CIDADE: UMA ANÁLISE DE OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS	2020
A9	Camila Rocha Firmino	Os dados governamentais e a violência letal contra lésbicas no Brasil	2018

Fonte: Própria

Discussão

O que é ser lésbica não se sustenta dentro de uma categorização universal, é um desafio conceituar as lesbianidades visto as vastas existências e maneiras de estar no mundo, de se relacionar, de ocupar lugares.

É necessário pensar que, devido a uma sociedade enraizada em representações de masculino e feminino, as lesbianidades se tornam uma categoria que difere da binaridade homem-mulher. A falta de representatividade reforça no imaginário social a heteronormatividade e patologiza, discrimina, oprime, empurra para as margens as diversidades.

A heterossexualidade compulsória, como proposta por Rich (2010), e o heterogênero proposto por Swain (2009), são formas de manter o homem cisgênero que atende aos papéis sociais impostos ao que é considerado masculino, no poder.

O trabalho A1 discute sobre o movimento feminista Riot Grrrl, que usa da música e as expressões nos palcos, nas letras, vestimentas, para questionar a centralidade do masculino em determinadas manifestações culturais.

Vemos que elas não se vestem com roupas tidas como femininas, pois consideram ditaduras de moda, preferem o estilo “faça você mesma”, pintando camisetas com nomes de bandas ou algum escrito de caráter político, denunciando a opressão, o sexismo, o racismo e a lesbofobia (COSTA; RIBEIRO; SANTIAGO, 2012. p. 234).

O trabalho A2 trouxe como proposta, analisar as violências simbólicas nas vivências de lésbicas no ambiente de trabalho. Os autores trouxeram através de narrativas de lésbicas, como estas lidam com

suas sexualidades no trabalho. Através do estudo, notou-se que as entrevistadas “preferem” não falar sobre serem lésbicas nestes espaços, pelo receio de serem oprimidas. Neto e Bicalho (2017) ao citar Gomide (2017, p. 407)

A escolha por assumir socialmente uma identidade lesbiana, tida como estigmatizadora, raramente se efetiva, cabendo às lésbicas conciliar uma vida pública heterossexual e uma vida privada homossexual. Sendo que “no mundo heterossexual, necessitam ‘passar por héteros’ ou pelo menos ‘desenvolver uma representação que as defina como fêmeas’”, tendo em vista que “em uma sociedade heterocentrista, qualquer atitude que afaste um ser humano nascido com o sexo feminino de seu papel de gênero de mulher é vigiada e cobrada (GOMIDE, 2007. p. 407 apud NETO; BICALHO, 2017. p. 252)

No trabalho A3, as autoras discutem como o sistema majoritário heterossexual-patriarcal contribui com a invisibilidade e a anulação de direitos das mulheres lésbicas. As autoras discorrem sobre as identidades lésbicas como um meio de resistência para direitos, mas que ainda está no campo dos estigmas por serem uma ameaça a heterossexualidade compulsória.

Ainda fazem uma ressalva dizendo que uma pesquisa acadêmica jamais daria conta de uma identidade que fale sobre todas as mulheres. “Carece, então, investigar o que antes foi dito sobre a identidade em si e, em seguida, atrelar conceitos – e significados – à realidade do corpo político das lésbicas” (WERMUTH; CANCIANI, 2018. p. 1363).

O trabalho A4, através de uma pesquisa em Florianópolis/SC, analisou como as relações de gênero atravessam as trajetórias de gays e lésbicas moradores de rua. Os autores discorrem sobre o espaço público ser o espaço privado de pessoas que se encontram em situação de rua e como as violências acontecem de formas diferentes entre gays e lésbicas.

Ao entrevistar uma lésbica, esta relata os casos de estupros sofridos por familiares e posterior nas ruas.

[...] decidi conversar com os pais sobre sua sexualidade e deparou-se com uma intolerância que não esperava. Como resultado, foi estuprada por seu pai e tio, dias após a conversa, com o discurso de que

aprenderia a gostar de homens. Mediante a situação, fugiu de casa e da cidade para tentar uma vida nova em Porto Alegre (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2016. p. 9).

Em outro trecho destacou não dormir por estar em vigia pelo medo.

Nas ruas, ela passou a usar drogas, principalmente para se manter acordada durante as noites, com medo da violência, para ‘amortecer seus sentimentos’, e muitas vezes fez uso de grandes quantidades para ‘apagar’ e conseguir dormir. Referiu ter dormido só e acordado acompanhada várias vezes, principalmente no início de sua vida na rua. Além disso, sofre assédio constante dos homens moradores de rua, todavia, com o tempo, foi conhecendo os colegas de rua e os lugares seguros para dormir. (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2016. p. 9-10).

O trabalho A6 discute como mulheres que procuraram pelo Centro de Referência em Direitos Humanos Rompa o Silêncio (CRDH Rompa o Silêncio), voltado ao combate e prevenção à homofobia, sediado, realizado e concebido pela ONG Nuances (Porto Alegre, RS) de 2006, enfrentaram e/ou contestaram estigmas em relação a sua identidade sexual.

Através das entrevistas, os autores destacam como as participantes da pesquisa “[...] compreendem que suas sexualidades marcadas pelo desejo por outras mulheres as estigmatizam, colocando-as em posição de desvantagem nas hierarquias sociais” (MONTEIRO; MACHADO; NARDI, 2011. p. 119). Desta forma, acabam não vivenciando suas sexualidades em todos os espaços pelo medo de sofrerem lesbofobia. “Estar “aparente”, ou “dar bandeira” é também compreendido, por parte das participantes da pesquisa, como algo que as exporia à discriminação e ao preconceito” (MONTEIRO; MACHADO; NARDI, 2011.p. 122).

Mediante aos trabalhos expostos, as identidades lésbicas, lesbianidades, produzem questionamentos profundos na estrutura heterormativa, sendo alvo dos mais diversos tipos de ataques, sendo um deles a própria invisibilidade e ilegitimidade do amor entre mulheres.

Lesbofobia é um termo utilizado para caracterizar violências sofridas por lésbicas por serem lésbicas. Este termo foi criado por considerar que a homofobia não é capaz de atender todas as especificidades deste grupo, que além de serem atravessadas por questões da sexualidade, lidam também com as violências em relação ao gênero.

Marcadas por uma sociedade binária, as lésbicas tem suas existências atacadas por não serem consideradas mulheres de verdade, ao tempo em que, são lidas como pessoas que querem disputar os mesmos espaços dos homens, mas não podem, pois “nasceram” com o sexo biológico dito feminino. Como conceituado pelo trabalho A3: “A necessidade de uma palavra que defina o tipo de violência emerge exatamente dessas circunstâncias da opressão de gênero + preconceito: a lesbofobia é o casamento da homofobia com a misoginia e o sexismo (WERMUTH; CANCIANI, 2018. p. 1371).

Não reconhecer essa violência de forma específica acarreta em conseqüências graves na vida de lésbicas, do não registro de lesbofobias, de privação da sexualidade, dos fetiches pornográficos, estupros corretivos, suicídios, agressões físicas e psicológicas, assassinatos (lesbocídio), não reconhecimento de suas existências. O termo lesbocídio ainda é um conceito recente no Brasil. No texto A9¹, a autora coloca que a lesbofobia está atrelada a uma desvalorização da vida das lésbicas. Destaca que “[...] a pesquisa sobre o lesbocídio no Brasil demonstrou a ausência de informações sobre violência letal contra lésbicas. Tal ausência de dados não é senão expressão da invisibilidade lésbica enquanto mecanismo estruturante do heteropatriarcado” (FIRMINO, 2018, p. 3).

No que tange à violência letal contra as mulheres, a principal fonte de informações do Poder Executivo Federal é o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. No entanto, não existe um recorte por orientação sexual nem por identidade de gênero no registro desses óbitos. Os dados provenientes de serviços de denúncias como o Disque 180 (violência contra a mulher) e o Disque 100 (violação de direitos humanos) também podem ser fontes de informações; entretanto, enquanto o SIM abarca a totalidade de mortes atestadas, os dados do Disque

1 O texto A9 é uma resenha a cerca do Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017. Autoras: Milena Peres, Suane Soares e Maria Clara Marques, 2018.

180 e do Disque 100 referem-se às denúncias realizadas nesses canais. As informações relativas à violência letal extraídas dessas duas últimas bases não abarcam, portanto, todos os casos ocorridos no território nacional. (FIRMINO, 2018, p. 3).

Outro ponto de destaque levantado no texto A3 são as carências de campanhas que elucidem também as relações sexuais entre mulheres, as “lésbicas são levadas a acreditar serem imunes de doenças sexualmente transmissíveis, já que não há campanhas de educação ou políticas de aconselhamento que reforcem o contrário” (WERMUTH; CANCIANI, 2018. p. 1372).

Há uma invisibilidade posta como forma de criar um pensamento de que lésbicas são mais aceitas do que outras identidades sexuais, já que os dados de violências são escassos. É o que mostra o trabalho A5, onde a autora analisa alguns dos processos sociais e políticos que tornam possível a construção da população designada, no momento, LGBT como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Mesmo em eventos LGBT+ as lésbicas encontram dificuldades em terem suas pautas reconhecidas. Para além, a invisibilidade impede a representatividade de lésbicas ocupando espaços e dificulta ter expressões no imaginário social das possibilidades de ser lésbica. Texto A 3:

As consequências práticas dessa visão distorcida e segmentária da sociedade em relação às lésbicas não são, infelizmente, difíceis de se observar. Não há acessibilidade da mulher lésbica aos órgãos policiais e jurídicos justamente por se desconhecer o tipo específico de violência que elas sofrem e pela falta de dispositivos jurídicos de proteção. (WERMUTH; CANCIANI, 2018. p. 1372).

Percebe-se também que a lesbofobia atrelada a outros tipos de violências resultam em maior vulnerabilidade às lésbicas. Questões raciais, de classe, deficiências, escolaridade, são marcadores sociais que precisam de recortes para entender as lesbofobias no campo das interseccionalidades. No texto A4, referindo-se aos conflitos familiares como estopim para a ida para as ruas de gays e lésbicas coloca “que as violências, experiências e possibilidades apresentam-se de forma singular em cada uma das trajetórias, o que convida a um cuidado com discursos generalizantes sobre a temática” (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2016. p. 13).

Lésbicas que performam expressões consideradas femininas tendem a serem vítimas de uma violência mais velada. Os textos selecionados demonstraram como muitas lésbicas, por atenderem uma estética “feminina” circulam os espaços como heterossexuais. Acabam mantendo em segredo seus relacionamentos e evitando uma “exposição” que as prejudiquem no trabalho.

No texto A6 as entrevistadas se utilizam do silenciamento e por vezes solicitam de suas parceiras também, como meio de proteção. Não andar de mãos dadas e não demonstrar nenhum tipo de afetividade homossexual. Porém, todo esse gerenciamento de avaliar em quais locais a sexualidade pode ser vivida de forma espontânea, demanda muito esforço e energia psíquica.

A depender do espaço onde circula, a mesma expressão que impede uma lesbofobia mais direta, é a que resulta em violência sexual, para exemplificar, segue um trecho do trabalho A4:

No contexto da rua, a cobiça dos corpos femininos apresentou uma relação diferente, quando comparadas as *performances* masculinizada e feminizada. A primeira apresentase enquanto proteção para os assédios, seja pelo receio da agressão proveniente da mulher, seja por não chamar atenção dos homens. Já a segunda apresenta-se enquanto risco para assédios e incitação de violência sexual, atribuídos suposta fragilidade e racionalidade de dominação masculina desses corpos. (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2016. p. 12).

As lesbofobias enfrentadas pelas lésbicas determinam onde seus corpos podem ocupar lugares e posições. A vergonha, a opressão, o medo, a culpa, diante de tantos outros tipos de violências demonstram que é preciso construir caminhos consistentes onde as pautas das lesbianidades possam ser abordadas. No tópico a seguir descreveremos, com a oportunidade do olhar dessas pesquisadoras e pesquisadores, apontamentos para o enfrentamento das lesbofobias e lesbocídios.

Os textos selecionados trazem para o enfrentamento contra a lesbofobia algumas contribuições. Caminhos que muitas lésbicas percorreram em busca de direitos e que são possibilidades de resistências.

No trabalho A6 coloca como a coletividade é importante para uma caminhada menos solitária. Através da militância, criar e estender laços com outras lésbicas. Uma forma de sair da invisibilidade e

demonstrar as lesbianidades em todos os espaços. “A vida militante, para essas mulheres, seja de forma organizada ou como um estilo de vida, parece fornecer mais força para o enfrentamento cotidiano do preconceito, pois o vínculo a uma ideia coletiva produz menos solidão nessa caminhada” (MONTEIRO; MACHADO; NARDI, 2011. p. 132).

Construir junto à arte representações que quebrem com os paradigmas de ser homem e ser mulher tem sido um meio de comunicação entre lesbianidades e sociedade. No texto A7 a autora que se apresenta enquanto mulher, palhaça, periférica, pesquisadora e lésbica, se utiliza da atuação palhacesca para demonstrar as diversas expressões do amor. “A cena apropria-se da estrutura do casamento, porém, transgredir sua lógica heteronormativa, propondo a encenação de uma união entre duas mulheres (a palhaça e uma convidada da plateia) e dois homens (dois convidados da plateia)” (BRUM, 2018. p. 162).

A própria vestimenta da personagem é uma atuação que não se encaixa no feminino e nem no masculino, causando estranheza diante das certezas impostas pela heteronormatividade.

No mesmo sentido, movimentos feministas protagonizam as lutas das jovens por direitos, é o caso da Riot Grrrl, demonstrando como a arte presente na cultura é capaz de mudar comportamentos. A denúncia das violências através das músicas e a ressignificação de palavras utilizadas para agredir em palavras de luta, que é o caso da expressão “sapatão”.

Os significantes da homossexualidade ainda são muito marginalizados, em alguns casos, tão sem representatividade que acabam se construindo em normas opressivas. E o interesse está em se constituir fora dessas estruturas de aprisionamento.

Todos os caminhos percorrem, sobretudo, no reconhecimento das violências para, a partir disso, ser possível construir políticas para a promoção de direitos humanos com a participação das lésbicas.

Considerações finais

Não há como definir uma identidade lésbica, embora seja urgente a constituição de uma unidade de identidades lésbicas. Inicialmente as buscas no Portal de Periódicos da CAPES trouxeram inúmeros resultados, no entanto, ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão, percebeu-se a escassez de pesquisas que tratem da lesbofobia e do lesbocídio de forma específica.

Os textos encontrados, em sua maioria, relacionavam a palavra lésbica à discussões que abarcava de forma ampla pessoas LGBTQ+. Quando a palavra era sapatão, o trabalho trazia apenas uma citação de ofensa, o que não deixa de ser lesbofobia, no entanto, o referido não tinha como objetivo tratar dessa temática. Com a palavra lesbocídio foram encontrados três resultados que citavam os dados do Dossiê já mencionado.

Essa pesquisa não pretendeu esgotar todos os estudos a respeito desses temas, o recorte na base de dados a princípio foi um norte para pesquisas mais estendidas futuras. Porém, o mapeamento apontou sobre a escassez na literatura sobre a temática no que tange pensar sobre educação, saúde, trabalho, políticas, dentre outros. As lesbofobias através da delimitação deste estudo está sendo discutida trazendo a questão da heterossexualidade compulsória como uma estrutura que estigmatiza as existências lésbicas.

Referências bibliográficas

BRITZMAN, D. O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

BORRILLO, Daniel. 2010. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica. 142 p.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Gestão e Sociedade* · Belo Horizonte · vol 5 · nº 11 · p. 121-136. Disponível em: *Gestão e Sociedade*.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Renato Aguiar.

GOFFMAN, Erving. (1988) **Estigma: notas sobre a Manipulação da identidade Deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC.

HEILBORN, Maria Luiza. (1996) **Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social**. Em: Parker, Richard; Barbosa, Regina

M. (Orgs.) Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ ABIA/IMS-UERJ, (p. 136-145).

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; MARQUES, Maria Clara. (2018). **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. 114 p.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. de Carlos Guilherme do Valle. Revista Bagoas, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação & Realidade, vol. 20, n. 2, 1995, pp. 71-99.

Simões JA, Facchini R. **Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2009.

SWAIN, Tânia Navarro. (2009). **Heterogênero: Uma categoria de análise**. Educar, Curitiba, n. 35p. 26-36, 2009. Editora UFPR. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/16687>>. Último acesso em 15 de abril de 2021.